

## APRESENTAÇÃO

A publicação da obra *A Condição Humana*, de Hannah Arendt, está completando sessenta anos e a revista *Princípios* traz ao público um número especial, do qual participam pesquisadores do Brasil e do exterior. Agradeço ao Editor, Dax Moraes, pela pronta acolhida dessa iniciativa e pelo cuidadoso trabalho de editoração e preparação desta edição comemorativa.

O livro de 1958 é a mais destacada e original contribuição de Arendt para o pensamento político contemporâneo, permitindo-nos avaliar as condições cada vez mais adversas para o pleno exercício do compartilhamento democrático do mundo. Nascida do diagnóstico crítico de que a terrível novidade do totalitarismo rompeu a continuidade histórica, essa obra assume o desafio de repensar nossas pressuposições, preconceitos e significações tradicionais sobre a *vita activa*, os cuidados humanos com o mundo e, especialmente, a existência pública e livre dos homens como singularidades plurais que agem e falam.

Encontramos, nos primeiros três artigos deste número, distintos esforços analíticos, bibliográficos e interpretativos que buscam explicitar a recepção da referida obra, sua singularidade e sua atualidade. Beatriz Porcel apresenta algumas importantes resenhas críticas, a maioria do fim dos 50 e algumas da década de 60, tendo em vista analisar o mal-entendido, o desconcerto e a estranheza presentes nos primeiros indícios da recepção da obra no mundo acadêmico, evidenciando de que modo eles expressam o estado da teoria da ciência (positivismo) e da teoria política (comportamentalismo) predominantes nos Estados Unidos naquele momento. Em consonância com tal enfoque, Maria Cristina Müller também examina a recepção do livro, relacionando-o com outros escritos da autora e esclarecendo as incompreensões geradas por algumas leituras críticas. Trata-se de explicitar os propósitos mais fundamentais da obra arendtiana e sua atualidade crítica para a com-

preensão do moderno declínio do domínio público, com a promoção da esfera social. Já o artigo de Rodrigo Ribeiro Alves Neto expõe em que medida a originalidade e a contemporaneidade dessa obra não nascem da harmonia entre pensamento e atualidade, mas sim do diagnóstico de que a ruptura promovida pela novidade dos eventos políticos atuais revela dimensões da realidade que a nossa tradição filosófica não é capaz de pensar por si mesma, reivindicando outro começo do pensamento que supere as fronteiras disciplinares que correntemente separam a reflexão filosófica do espaço de manifestação da origem democrática e performática da política, inaugurando um autêntico “pensamento político-filosófico”.

O artigo de Fábio Passos reflete sobre o profundo e rico significado da tarefa proposta em uma das últimas frases que compõem o prólogo de *A Condição Humana* – qual seja: “pensar o que estamos fazendo” –, buscando explicitar a forma como o exame do que consiste uma vida ativa e do que fazemos quando estamos ativos nos lega uma grande e relevante contribuição filosófica, uma autêntica interpretação do nosso presente que instiga leituras e releituras bem como elabora conceitos que nos levam a compreender a realidade. Mariana Rubiano também destaca o quanto o exame dos sentidos do conceito arendtiano de governo iluminam a insigne questão “o que estamos fazendo?”, pois nos permite compreender que tipo de governo está sendo hoje construído e apoiado. Trata-se de mostrar como as concepções de governo estão relacionadas com o espaço concedido à ação, o papel da fabricação e o lugar do trabalho, pois o governo exprime sempre o modo como essas atividades humanas básicas se relacionam historicamente em distintas constelações hierárquicas.

Helton Adverse nos convida, em seu texto, a trilhar uma instigante e elucidativa via de acesso ao caráter inovador do pensamento político arendtiano a partir da noção de contingência. Analisando as noções de espontaneidade e imprevisibilidade, mas centrando sua atenção no conceito de “natalidade”, o artigo explicita como Arendt pensa a contingência enquanto traço distintivo ou

elemento constitutivo da ação livre, incorporando a indeterminação à esfera política, tão comumente repelida pelas conceitualizações tradicionais.

Adriano Correia nos mostra, em uma refinada análise, o aspecto trágico da não-soberania como condição fenomênica para a liberdade e a pluralidade. Se o caráter trágico da ação política reside no fato dela ser capaz de iniciar algo novo somente sendo incapaz de dominar e prever suas consequências, é preciso buscar os remédios para os riscos de agir nas potencialidades da própria ação (perdão, promessa, “agir em concerto” e o intercâmbio de perspectivas em um mundo comum) e não em algum âmbito que lhe seja extrínseco. A ação preserva a sua dignidade e a sua grandeza ao ser capaz de remediar por si própria as tensões que lhes são inerentes, efetuando uma reconciliação com seu caráter trágico que não suprima as suas condições fenomênicas: a pluralidade, a liberdade e a não-soberania.

O leitor encontrará no texto de Odílio Aguiar uma frutífera experimentação reflexiva com a *Política* de Aristóteles a partir de uma chave interpretativa sugerida na obra de Hannah Arendt. A proposta é, seguindo a trilha de Arendt, examinar de que forma Aristóteles buscou pensar o melhor regime para a cidade com base não na ânsia da perfeição, mas na estabilidade, uma vez que teria percebido o quanto a vida comum é essencialmente uma esfera de convivência plural e diferenciada, reivindicando a distribuição do poder entre os diversos grupos existentes na sociedade. Isso implica que a unidade da comunidade não deve eliminar a relação conflitual-dialógica, pois está relacionado à participação concreta dos cidadãos na vida comum, sem o que não haverá revigoramento real das instituições políticas.

Os dois artigos seguintes abordam o conceito arendtiano de “alienação” sob distintas perspectivas. O primeiro, de Geraldo Emery Pereira, articula as noções de alienação, ideologia e verdade no pensamento arendtiano. A alienação é pensada como operador conceitual que nos permite, por um lado, compreender a elaboração ideológica como a “lógica de uma ideia” e, por outro lado, en-

xergar na narrativa da verdade dos fatos uma atuação de resistência frente ao estatuto moderno de verdade gestado no contexto das alienações modernas. O segundo artigo, de Elivanda Oliveira Silva, discute o que significou o processo de alienação do mundo na era moderna, quais suas implicações para o lado público do mundo, e qual a relação que esse evento guarda com um modo de vida que havia sido gestado pelos homens de ação do Renascimento.

Articulando as obras *A Condição Humana* e *Rahel Varnhagem: a vida de uma judia alemã na época do Romantismo*, Ricardo George de Araújo Silva reflete sobre a introspecção como perda do sentido compartilhado e esvaziamento do mundo comum, explicitando o quanto Rahel Varnhagen operou um fuga do mundo via introspecção, ou seja, subsumindo a realidade no recôndito da “alma”. A introspecção de Rahel se realizou na busca de reconhecimento social nos salões, porém sem nunca se desvincular de uma vida em fuga do mundo, sem constituir um mundo de direito para a questão judaica, inserindo-se em um simulacro de esfera pública.

Por fim, os dois últimos artigos desta coletânea se vinculam com a temática arendtiana da dinâmica temporal entre o passado e o futuro na qual se situa o exercício do pensamento, os desafios da formação educacional e da narrativa.

Explorando a indicação de Paul Ricoeur, presente no prefácio à edição francesa de *A Condição Humana*, sobre as temporalidades manifestas nas distintas atividades humanas (trabalho, fabricação e ação), José Sérgio Fonseca de Carvalho reflete sobre a vinculação de diferentes experiências temporais da *vita activa* com os desafios da educação em um mundo que permanece ainda ameaçado pela tentação totalitária. Trata-se de interpretar que a atividade educativa – assentada sobre o fato de que os homens, como estrangeiros, chegam ao mundo pelo nascimento e nele devem ser iniciados – implica uma profunda responsabilidade política em relação à durabilidade do mundo, pois recusar aos recém-chegados o direito ao legado das experiências simbólicas equivale a abandoná-los e con-

dená-los à tirania das demandas do presente e ao automatismo do ciclo vital.

Carlos Eduardo Nascimento, por sua vez, discute o intenso diálogo de Hannah Arendt com a literatura e o ato de narrar, criando novas possibilidades de se relacionar com o passado. O desafio da narrativa arendtiana, diante do fim da tradição, foi encontrar “tesouros” no passado, legados de experiências a serem transmitidas às futuras gerações. Compreender as experiências humanas no passado, através das histórias, principalmente na educação, possibilita à singularidade das novas gerações deitar raízes no mundo comum.

O leitor encontrará neste número especial da revista *Princípios* uma reunião de exercícios de pensamento político-filosófico que evidenciam, cada qual a seu modo, o quanto o maior legado da obra *A Condição Humana* não reside na proposição de uma nova “filosofia política”, mas sim, como diz Jerome Kohn, na formulação de uma inovadora “filosofia da experiência política” e de um diagnóstico de que, quando excluída dessa experiência de *viver entre os outros* em uma comunidade politicamente organizada, a existência humana se torna não meramente insegura e exposta à violência, mas, sobretudo, desprovida de significado e liberdade, enfim, carente do espaço possível e necessário para um modo de vida autenticamente humano.

Rodrigo Ribeiro Alves Neto  
(organizador)